



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**SECRETARIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E QUALIDADE AMBIENTAL**  
**DEPARTAMENTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**RESOLUÇÃO CONAMA Nº 414, DE 24 DE SETEMBRO DE 2009**

**COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE DA  
POLUIÇÃO DO AR POR VEÍCULOS AUTOMOTORES. - CAP/PROCONVE**

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CAP**

Após a verificação do quorum necessário, foi iniciada às nove horas e trinta minutos do dia cinco de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões da SMCQ, a terceira Reunião Ordinária da CAP (3ª RO) que contou com a presença dos seguintes representantes e suplentes: o Sr. Rudolf Noronha, do Ministério do Meio Ambiente-MMA na qualidade de Coordenador da CAP, os Senhores. Alexsander Barros Silveira e Adriano Augusto de Araújo Jorge, da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente - **ABEMA**, o Sr. Márcio Beraldo, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - **IBAMA**; o Sr. Jackson da Silva Albuquerque, da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - **ANP**; o Sr. Vanderlei Borsari, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - **CETESB** e o Sr. Luiz Carlos Lisboa Theodoro, do Ministério das Minas e Energia - **MME**. Os demais presentes encontram-se listados no anexo I como parte integrante desta Ata. O primeiro item da pauta foi a aprovação da Ata da 2ª RO, entretanto, haja vista que alguns dos representantes desconheciam o texto da mesma, deliberou-se pela disponibilização da referida Ata no sítio da CAP disponível na página do MMA para sugestões. O tópico seguinte da pauta versou sobre os seguintes informes gerais: (a) O Sr. Coordenador procedeu um relato sobre a alteração prevista na estrutura do MMA, com a criação de novas secretarias o que, por sua vez, muito provavelmente, irá refletir na estrutura do secretariado da CAP. (b) No segundo informe, o coordenador fez uma abordagem sobre as minutas de resoluções relacionadas ao PROCONVE/PROMOT que se encontram em fase final de discussão na CTCQA e, posteriormente, a serem encaminhadas ao Plenário do CONAMA. Uma destas normatizações versa sobre a fase M4 do PROMOT promovendo a redução das emissões de poluentes por veículos motocicletas, ciclomotores e assemelhados, e a outra prevê a incorporação de máquinas agrícolas e rodoviárias ao Programa. (c) O informe seguinte foi sobre o andamento dos PCPVs dos estados, cuja data final para aprovação é 30/06/2011. Sob este aspecto, o Sr. Alexsander representante da ABEMA e servidor do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo - IEMA, informou sobre as dificuldades na elaboração do PCPV face a complexidade dos dados a serem levantados, que incluem monitoramento da qualidade do ar, análise de custo x benefício, morbimortalidade, mobilidade

urbana, etc. Finalizados os informes, deu-se prosseguimento ao segundo item da pauta que versou sobre as apresentações da ANP, intitulada "Obrigações da ANP no Acordo Judicial" e da Petrobras, intitulada "Plano de Oferta de Diesel", respectivamente. Na apresentação da ANP ocorreu um fato digno de destaque, quando se informou que estava prevista a manutenção do diesel S1800, denominado "off road", para os segmentos ferroviário, agropecuário, industrial e para geração de energia elétrica. Todavia, tal informação foi contestada pelo Sr. representante do IBAMA que ainda solicitou que fosse registrado em Ata a aprovação pela CTCQA da minuta de resolução do CONAMA que estabelece limites de emissão para as máquinas agrícolas e rodoviárias, estendendo o PROCONVE para estes tipos de veículos. Muito provavelmente a minuta em questão, por ora em trâmite na CTAJ, deverá ser apreciada pelo Plenário do CONAMA na reunião dos dias 25 e 26 de maio de 2011. Passo seguinte, o Sr. representante do IBAMA procedeu um relato sucinto sobre as fases do PROCONVE e do Acordo Judicial, buscando elucidar a data de entrada em vigor dos veículos comerciais leves a diesel que compõem a Fase L6. Segundo o mesmo, haverá duas datas distintas para a entrada em vigor dessa categoria de veículos, a saber: para os veículos comerciais leves a diesel homologados como leves- a entrada em vigor se dará em 2012 e; no caso de veículos comerciais leves a diesel homologados como pesados, a entrada em vigor se dará no ano de 2013. Explanou ainda que estes prazos seguem o Acordo Judicial em detrimento daqueles previstos na Resolução. O mesmo representante expressou sua preocupação no tocante a recente Medida Provisória de Nº 532/2011 do Governo Federal que altera a Lei 8.723/93 permitindo uma maior flexibilização dos percentuais de adição de álcool combustível na gasolina em razão dos aumentos recentes do preço deste combustível. Pela MP o percentual de adição de álcool anidro na gasolina, que hoje varia numa faixa de 20 a 25% (dado pela Lei 8723/93), deverá ser alterado para 18 a 25%, podendo sofrer variação, a menor, quando vierem a ocorrer aumentos no preço do álcool combustível e, com isto, objetivando um maior controle no preço final da gasolina. De acordo com o Sr. Márcio Beraldo, os veículos são fabricados e homologados para atender os limites de emissão dados pelo PROCONVE utilizando uma gasolina com a adição de álcool anidro na faixa de 20 a 25% e, desta forma, em se promovendo alterações nessa faixa, poderá vir a ocorrer a ultrapassagem dos limites de emissão de poluentes. O Senhor representante do IBAMA concluiu que, neste tipo de regulamentação constante da MP, muito provavelmente, só foram ouvidos os setores de governo econômico e social, sem que tenha havido qualquer consulta ao setor ambiental. O Sr. Vanderlei Borsari representante da CETESB, em reforço ao alegado, explicou que uma diminuição do percentual de etanol na gasolina poderá levar a um aumento das emissões de hidrocarbonetos ( HCs) e demais poluentes como o Benzeno, Tolueno, Etilbenzeno e Xilenos ( BTEX). Desta forma, deliberou-se pelo envio de memorando ao CONAMA comunicando o fato, solicitando que aquele Conselho venha a elaborar uma Proposição ao Conselho de Governo que inclua o setor

ambiental em futuras decisões que envolvam questões desta natureza. Esta deliberação foi apoiada pelos senhores representantes da ANFAVEA e da Petrobras. Dando prosseguimento, o Sr. Rui de Abrantes da CETESB, expressou sua preocupação com relação a validação da metodologia para a determinação dos valores típicos de emissão de aldeídos por veículos do ciclo Diesel conforme determina a Resolução CONAMA 403 de 2008. Ainda segundo o mesmo, este procedimento foi elaborado por grupo de trabalho na sede da Associação de Engenharia Automotiva (AEA), sua validação deve se dar por meio de ensaios de emissões de poluentes em dinamômetro de motores. Considerando que o laboratório da CETESB responsável por este tipo de ensaio se encontra em construção, entende-se que tal atribuição, hoje, somente pode ser realizada pelos membros da ANFAVEA e importadores de veículos pesados. Chama a atenção para o fato de que a metodologia em questão deverá ser adotada e executada por diversos laboratórios em tempo hábil para sua devida publicação na forma de norma ABNT, ou seja, durante o segundo semestre de 2011 e início de 2012. Visando, com isto, a publicação de norma técnica específica no máximo até o término do primeiro semestre de 2012, para que haja tempo necessário para atendimento da referida Resolução até a data de 31 de dezembro de 2012.

Após o almoço se deu amplo debate sobre o Plano de Abastecimento de diesel e a questão relacionada ao ARLA 32. Como pontos de risco que podem gerar atrasos na implementação do diesel S50 e S10, a Petrobras elencou o processo de licenciamento ambiental de novas dutovias e instalações de armazenamento, vez que os produtos com baixos teores de enxofre não podem utilizar as instalações já existentes que transportam e armazenam diesel com teores maiores de enxofre (S1800 e S500), sob risco de contaminação dos produtos finais. Ainda sob este aspecto foi colocada a questão da responsabilização dos revendedores (Postos de Revenda - PRs e Transportadores Revendedores Retalhistas - TRRs) no armazenamento do diesel de baixo teor de enxofre em tanques isentos de contaminação, vez que, na prática comercial, ocorre a transferência de responsabilidade do produtor (refinaria) sobre o(s) produto(s) (gasolina, diesel, QAV, etc) após a entrega aos revendedores.

No tocante ao ARLA 32, a ANFAVEA demonstrou suas preocupações com a logística de abastecimento desse agente redutor no país, considerando que os novos modelos da Fase P7 devem ser lançados ainda em Outubro/2011 durante o Salão do Automóvel. De forma análoga as preocupações da Petrobras no caso do armazenamento do diesel de baixo teor de enxofre em tanques isentos de contaminação, a ANFAVEA elencou o licenciamento ambiental das instalações a granel de ARLA 32 como a etapa de maior risco de atraso na logística de distribuição e comercialização. Ainda com relação ao assunto, foram tecidas as seguintes ponderações: tendo-se por base que o volume do ARLA32 necessário para atender a um veículo P7 corresponde a 5 % do volume total do diesel consumido por este veículo e considerando o atual volume de diesel consumido no país, da ordem de 2, 5 milhões de m<sup>3</sup>/ano, conclui-se que seriam necessários

aproximadamente, 125 mil m<sup>3</sup>/ano do ARLA para atender a frota atual circulante (caso todos os veículos pertencessem a Fase P7). Como a substituição dos veículos pesados da frota já existente por aqueles novos da Fase P7 deva se dar de forma paulatina nos próximos anos, o mesmo ocorrerá com a demanda pelo ARLA 32 e, da mesma forma, na ampliação da rede de distribuição e comercialização do produto. Sob este aspecto, o próprio MME reconhece que ocorrerão problemas no início da logística de abastecimento do ARLA, todavia acredita-se que o mercado irá se normalizar com a maior brevidade possível. Outro aspecto importante tratado foi com relação a forma de comercialização ("forma de apresentação") do produto no mercado nacional. Entende-se que no início a distribuição do ARLA 32 deva se dar com o produto envazado em embalagens com volumes diferenciados conforme as exigências do mercado consumidor. Este modelo modelo será suficiente para o atendimento da demanda inicial. Entretanto, numa etapa "a posteriori" com o aumento da substituição da frota e, conseqüentemente, da demanda pelo ARLA, muito provavelmente, seriam construídas instalações nos PRs para fornecimento do produto a granel. Nesta fase é que entraria a questão do licenciamento ambiental para novas instalações nos Postos de Serviço, conforme reza o artigo 1º da Resolução CONAMA Nº 273/2000 que Estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental de postos de combustíveis e serviços e dispõe sobre a prevenção e controle da poluição. Ainda sobre este assunto, foi sugerido que o MMA viesse a produzir cartilha elucidativa sobre as características do ARLA 32 para orientação dos órgãos licenciadores dos Estados. O último assunto da pauta versou sobre o Relatório de Avaliação e Acompanhamento do PROCONVE, tendo-se decidido pelo envio da versão inicial aos Senhores representantes para apreciação e comentários e dando-se o prazo de 5 dias úteis, a iniciar em 09/05/2011, para a devolução com as devidas correções. Por fim, foi sugerido que a 4ª Reunião Ordinária, da CAP, prevista para a data de 19/10/2011, venha a se dar numa instalação de motores, a qual contemple a fabricação de veículos da Fase P7.

Não havendo nada mais a debater, a reunião foi encerrada por volta das 17 horas

Tarefas para a próxima reunião:

#### MMA

- Verificar a possibilidade da realização da 4ª RO venha a se dar numa instalação de motores, a qual contemple a fabricação de veículos da Fase P7.
- Solicitar ofício de indicação do Senhor representante suplente da ANP;
- Solicitar ofício ao Ministério da Saúde para indicação dos representantes titular e suplente;
- Elaborar ofício a ANFAVEA solicitando providências quanto a validação da metodologia para a determinação dos valores típicos de emissão de aldeídos por veículos do ciclo Diesel

-Solicitação de estudo ao IEMA no tocante a definição índices de eficácia da CAP

Demais membros da CAP

-Sugestões de temas a serem debatidos nas próximas reuniões

Esta Ata vai assinada por mim, que a lavrei, e pelo Coordenador da CAP.

Brasília, 26 de maio de 2011

João Bosco Costa Dias

Secretário

Rudolf de Noronha

Coordenador

## ANEXO I

### **Lista de Representantes**

1.	Rudolf Noronha(Coordenador) – MMA <a href="mailto:rudolf.noronha@mma.gov.br">rudolf.noronha@mma.gov.br</a>	2.	Alexsander Barros Silveira centrosup@iema.es.gov.br
3.	João Bosco Costa Dias – MMA <a href="mailto:joao.dias@mma.gov.br">joao.dias@mma.gov.br</a>	4.	Márcio Beraldo Veloso - IBAMA <a href="mailto:marcio.veloso@ibama.gov.br">marcio.veloso@ibama.gov.br</a>
5.	Vanderlei Borsari - CETESB <a href="mailto:vanderleib@cetesb.sp.gov.br">vanderleib@cetesb.sp.gov.br</a>	6.	Rui de Abrantes <a href="mailto:ruia@cetesbnet.sp.gov.br">ruia@cetesbnet.sp.gov.br</a>
7.	Adriano Araujo Jorge <a href="mailto:adrianoaraujorge@yahoo.com.br">adrianoaraujorge@yahoo.com.br</a>	8.	Luiz Theodoro <a href="mailto:luiz.theodoro@mme.gov.br">luiz.theodoro@mme.gov.br</a>
9.	Jackson da S.Albuquerque <a href="mailto:jsalbuquerque@anp.gov.br">jsalbuquerque@anp.gov.br</a>	10.	

## **ANEXO I**

### **Apresentação da ANP**

## **ANEXO II**

### **Apresentação da Petrobrás**